
Assistência Social e a Arte do Dom

Richard M. Titmuss

A história da assistência social nos países ocidentais enquanto sistema organizado do “dom” mostra que ela desempenhou, ao longo do último século, uma variedade de papéis nos processos de mudança. Um dos mais importantes, mas menos conhecidos na literatura histórica, foi a sua função menos conhecidos na literatura histórica, foi a sua função educacional. Na Grã-Bretanha e noutros países expostos aos primeiros estágios da industrialização, foi de grande influência na manutenção da consciência social. Prestar ajuda sem olhar a critérios econômicos e a diferenças de raça, cor, religião e classe, levou à origem de conflitos diretos com os valores da praça de mercado. Atuar como agente da justiça social redistributiva significava uma discriminação adversa; o conceito de homem econômico tinha de confrontar-se com critérios não-econômicos; a dignidade natural e a unicidade de todo o indivíduo devia reafirmar-se publicamente, defender-se e demonstrar-se.

Embora o tempo e as circunstâncias tenham mudado para a maioria da população no Ocidente, a necessidade fundamental da assistência social enquanto instrumento de justiça social e educação da comunidade permanece. Eis um dos temas básicos do presente ensaio; um segundo tema, menos explícito, é que só uma sociedade, que se dedique firmemente ao princípio da maior igualdade e à difusão dos valores humanistas, terá a convicção moral suficiente para proporcionar os recursos necessários para ajudar a encher o hiato entre as nações “possidentes” e “não possidentes” do mundo. As ideias que movem os homens e com as quais mantêm as suas próprias sociedades devem influenciá-los nas suas atitudes perante a necessidade de mudança das outras sociedades.

Sem dúvida, é possível pregar a reforma para os outros, mas não para o próprio grupo social. A história do colonialismo e das relações de raça no Oriente e no

Ocidente, está semeada de tristes exemplos de hipocrisia. Mas, vistas em termos coletivos, tais atitudes requerem hoje um alto grau de cinismo calculado. Com efeito, podem significar que as nações ricas advogam a reforma social para as nações pobres a fim de impedir a difusão do comunismo ou de qualquer outra ideologia hostil, ou favorecer a defesa e os interesses econômicos dos ricos. Segundo o professor Seymour Martin Lipset (ao escrever sobre os países subdesenvolvidos): “só os partidos que prometem melhorar a situação das massas através de reformas amplas... podem esperar competir com os comunistas”. Uma filosofia do *status quo* em casa pode fornecer cinicamente a noção de assistência social como agente de reforma entre as nações mais pobres do mundo, unicamente para proteger uma sociedade “boa” já estabelecida. Felizmente, o desenvolvimento dos valores e das políticas da assistência social entre as nações pobres não depende inteiramente da influência ou das atitudes das nações ricas.

Contudo, por mais determinadas e capazes que sejam as nações “não possidentes” para configurar as próprias políticas internas, permanecerá ainda o dilema fundamental do “dom” à escala internacional. A diferença de rendimentos entre as nações ricas e pobres está continuamente a acentuar-se e – o que é mais sério – nota-se que tal alargamento está agora a processar-se em movimento acelerado. O professor Gunnar Myrdal tirou recentemente a conclusão de que “sem uma radical mudança nas políticas de ambos os grupos de países, o mundo vai a caminho de um cataclismo econômico e político¹”. A maneira que as sociedades têm de dar e os seus motivos para dar são questões tão fundamentais para a saúde dos sistemas de assistência social em casa e no estrangeiro como a questão que elas dão.

II

Chegamos agora à questão da função presente e futura da assistência social no Ocidente – sobretudo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Se há substância real na perspectiva antecedente, então o problema vai além do interesse nacional: a maneira como conduzimos os nossos próprios assuntos domésticos irá influenciar a qualidade das nossas relações com os nossos vizinhos mais pobres.

“A moderna assistência social” – foi dito nos Estados Unidos – deve de fato considerar-se como ajuda prestada ao estranho, e não à pessoa que em virtude de laços

¹ Gunnar Myrdal, *The Urgente Need for Scientific Break-throughs if Great Misery Shall Not be the Destiny of Underdeveloped Countries*.

personais a exige sem pedir”². Por conseguinte, tem de organizar-se formalmente, sem administrada e paga coletivamente por estranhos.

A assistência social ou os serviços sociais, que funcionam através de agências, instituições e programas fora do mercado privado, tornam-se cada vez mais difíceis de definir com precisão em qualquer sociedade. Assim como as sociedades se tornam mais complexas e especializadas, de igual modo também os sistemas de assistência social. Funcionalmente, refletem e correspondem à mais ampla estrutura social e à sua divisão do trabalho. Tal processo torna muito mais difícil hoje identificar os agentes causais de mudança – os micróbios da desorganização social e os vírus do empobrecimento – e responsabilizá-los pelas despesas do “desserviços”. Quem deveria suportar os custos sociais dos bebês da talidomida, do mal urbano, da poluição atmosférica, da obsolescência dos instrumentos, da automação, do impacto do café sintético que dispensará a necessidade dos grãos de café sobre os camponeses do Brasil? Os benefícios privados são até certo ponto mensuráveis e atribuíveis, mas não as perdas privadas. A economia neoclássica e o mercado privado não podem fazer tais atribuições; não se encontram organizados para apreciar a rotura social e são incapazes de prover às necessidades públicas criadas pela mudança social e econômica.

A nossa crescente incapacidade para identificar e ligar causa e efeito no mundo da mudança social e tecnológica constitui assim uma razão para a emergência histórica, no Ocidente, das instituições de assistência social. O altruísmo de estranhos para estranhos era e é uma tentativa para colmatar uma lacuna moral criada pela ciência aplicada. Os serviços e os programas desenvolvidos no ocidente para prestar ajuda às vítimas estranhas do industrialismo e da mudança tornaram-se inevitável e necessariamente mais especializadas e complexas. No presente ensaio, conseguiremos apenas falar deles em termos gerais.

III

Os serviços sociais (social services – como se chamam na Grã Bretanha) são em grande parte o produto do séc. XX – resposta atrasada do industrialismo do séc. XIX. O termo interpreta-se hoje de modo geral e vago para cobrir serviços públicos (ou suportados publicamente) como assistência médica, educação, habitação, pensão de subsistência na velhice e durante os períodos de desemprego, doença, incapacidade e assim por diante,

² H. L. Wilesky e C. N. Lebeaux, *Industrial Society and Social Welfare* (New York: Russel Sage Foundation, 1958), p. 141.

abono de infância, e uma variedade de serviços específicos para grupos particulares de pessoas com necessidades especiais, por exemplo, crianças abandonadas, mães solteiras, cegos, doentes mentais, jovens delinquentes, presos libertos e outras categorias. Todos estes serviços surgiram apologeticamente para prover a determinadas necessidades básicas que o indivíduo, a família e o mercado privado nas sociedades capitalistas eram incapazes ou não queriam satisfazer. Nos Estados Unidos e noutros países ocidentais, os termos “assistência social” e “programas de política social” empregam-se como rótulos genéricos alternativos para abraçar uma similar variedade de serviços coletivamente organizados, que são capazes de variar muito no campo de ação e na estrutura, métodos de administração e finança e nos objetivos fundamentais que lhe estão na base.

O conceito de “O estado de Bem Estar Social” (“The Welfare State”), que entrou na arena do pensamento político nos anos de 1940, aceita-se geralmente como uma definição ampla da função do Estado na esfera da política social e econômica, que abrange mais do que o fornecimento de serviços sociais. A maior parte dos que escrevem sobre o assunto, politicamente quer da direita quer da esquerda, empregam-no para significar uma obrigação mais positiva e significativa do governo de se preocupar com o bem-estar geral de toda a comunidade e com as despesas sociais da mudança. No livro *Beyond the Welfare State*, Gunnar Myrdal concluía que “No último meio século, o Estado se tornou, em todos os países ricos do mundo ocidental, um ‘Estado de Bem-estar-Social’ democrático, com empenhamento muito explícito pelos amplos objetivos do desenvolvimento econômico, pleno emprego, igualdade de oportunidades para os jovens, segurança social, e salvaguarda dos padrões mínimos não só quanto ao rendimento, mas também quanto à nutrição, habitação, saúde e educação, para as pessoas de todas as regiões e grupos sociais”³

Nesta perspectiva, pode argumentar-se que o “Estatismo Social”, quer como fato estabelecido ou como objetivo político, é um fenómeno comum das grandes sociedades industrializadas. O renascimento da empresa privada durante as últimas décadas na América do Norte e na Europa, a revolução keynesiana e a adoção de técnicas de gestão econômico, a elevação dos padrões de vida e as realizações de partidos políticos e sindicatos em favor dos desprivilegiados – encaminharam todas estas sociedades culturalmente diversas ao longo da mesma senda para o “Estado Social” – caminho que não fora prevista por Marx. Quer o saibam quer não, e quer gostem ou não, Democratas

³ Gunnar Myrdal (Yale University Press, 1960), p.45.

e Republicanos, Conservadores, Socialistas e Liberais na América do Norte e na Europa, tornaram-se “estatistas sociais”. Os alemães e os suecos talvez possuam sistemas de pensão mais “avançados”, os ingleses um serviço de saúde mais compreensivo, os franceses abonos de família mais amplos e os americanos talvez façam maiores despesas na educação pública, mas, depois de conhecidas todas estas diferenças nacionais, o empenhamento social generalizado considera-se, no entanto, como o fato político dominante das modernas sociedades ocidentais. Os governos da direita liberal e da esquerda liberal podem surgir e desaparecer; o empenhamento pelo crescimento social e econômico e pelo pleno emprego persistirá com mudanças pouco significativas, mais do que com mudanças muito amplas, no campo de ação e nos objetivos.

IV

Em termos históricos e comparativos, estas são conclusões demasiado generalizadas e deixam por examinar muitas questões sobre valores e fatos. Até que ponto se baseiam elas nos fatos reais de distribuição do rendimento e da riqueza, propriedade, poder e classe? Terá o “Estado Social” abolido a pobreza, a privação social e a exploração? Possuirá o homem um maior sentido de controle social e de participação no trabalho e na vida da sua comunidade? Quais serão os conseqüências humanas de novas mudanças sociais e tecnológicas? Assemelhar-se-á o futuro ao passado imediato, ou tais perspectivas são apenas a projeção de uma fase transitória no desenvolvimento de sociedades amplas e predominantemente competitivas?

Nos últimos anos, um número crescente de comentadores políticos, economistas, e sociólogos de ambos os lados do Atlântico, ao proclamar o fim da ideologia política no Ocidente, ou ignoraram tais questões ou inclinaram-se a supor que elas já não são de importância primordial para as nossas sociedades. As razões do seu modo de proceder encontram-se explícitas ou implícitas na sua tese geral. O professor Lipset, no livro *Political Man* (1960), falou por muitos ao afirmar (resumindo as discussões de um congresso mundial de intelectuais em 1955) que “os pontos ideológicos que dividem a esquerda ficaram reduzidos pouco mais ou menos à propriedade governamental e à planificação econômico”; e houve acordo geral de que realmente pouca diferença faz seja qual for o “o partido político que controla as políticas internas das nações individuais”. Com escassas diferenças, os partidos da direita e da esquerda tentarão aliviar as injustiças sociais que ainda persistem e continuarão a procurar a melhoria da assistência social, da educação, da assistência médica e de outros setores da economia

para o bem-estar geral. Ricos e pobres, todos participarão dos benefícios do crescimento. Por um natural processo de levitação de mercado, todas as classes e grupos se inclinam com expectativa para o direito político à medida que a escada rolante do crescimento os puxa para cima. O automatismo substitui assim o protesto social.

Citemos novamente Lipset (embora fosse possível citar também escritores de veia similar na Inglaterra, França e Alemanha): “... os problemas políticos fundamentais da revolução industrial já foram resolvidos: os trabalhadores alcançaram a cidadania industrial e política, os conservadores aceitaram o Estado social, e a esquerda democrática reconheceu que o aumento do poder global do Estado acarreta consigo mais perigos para a liberdade do que soluções para os problemas econômicos. O triunfo real da revolução social democrática no Ocidente acaba com a política interna para aqueles intelectuais que têm de possuir ideologias ou utopias para os motivos à ação política”⁴.

Pode conceber-se que tal afirmação serve, enquanto generalização, para resumir a década de 1950 nos livros de história do próximo século. Mas, a partir da perspectiva de 1960, constitui, para não dizer mais, uma proposição duvidosa. No entanto, não é nosso desejo que o presente ensaio assume a forma de crítica a qualquer escritor particular. Entrar por este caminho implicaria a obrigação de discutir em pormenor uma interpretação individual de tendências recentes e as múltiplas qualificações a elas ligadas. Por conseguinte, trataremos as sobreditas afirmações não como expressão das concepções do professor Lipset, mas de uma *Weltanschauung* coletiva – que parece estar a crescer em influência no Ocidente, a julgar pelo número dos seus adeptos.

Embora não tencionemos examinar a tese em extensão, refletiremos sobre alguns dos seus pressupostos básicos na medida em que se relacionam com o futuro papel de uma política social humanista, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América.

Primeiro, é . Na tese está implícito o pressuposto de que a “revolução industrial” foi um assunto arrumado de uma vez para sempre. Ignora assim a evidência acerca da tendência para as concentrações monopolistas do poder económico, o papel das companhias como governos privados com poder de taxaço, os problemas da desorganizaço social e da privaço cultural e o impacto crescente da automaço e das novas técnicas de produço e distribuço, nas sociedades economicamente avançadas. Se a primeira fase da chamada revoluço forço todos os homens a trabalhar, a fase em

⁴ Lipset, op. Cit., pp. 404-6.

que agora estamos a entrar pode compelir muitos homens a não trabalhar. Sem uma grande mudança nos valores, da nova onda de industrialismo apenas pode derivar o empobrecimento da vida social.

Segundo, ela afirma que os trabalhadores alcançaram “a cidadania industrial”. O único comentário que nos sentimos capazes de fazer a este propósito é dizer que se trata de um abuso de linguagem supor que a qualidade de membro de um sindicato é sinônimo de “cidadania industrial”. As concepções sobre o que constitui a “cidadania” do trabalhador devem relacionar-se com o que agora sabemos acerca das potencialidades do homem e das suas necessidades sociais e psicológicas básicas; não podem comparar-se às condições da escravidão industrial do séc. XIX.

Terceiro, a tese pressupõe que o problema da distribuição do rendimento e da riqueza ou já foi resolvido ou possui agora proporções insignificantes na sociedade ocidental. De qualquer modo, as disparidades que existem justificam-se com base nas diferenças individuais e na necessidade de incentivos econômicos e pensa-se que não oferecem qualquer ameaça para os valores democráticos.

Nos anos de 1950, 1% da população inglesa possuía 42% de todo o capital líquido pessoal e 5% detinha a propriedade de 67,5%⁵. Mas, tais proporções constituem avaliações inferiores, porque os números excluem as caixas de pensões e os “trusts” (que cresceram enormemente nos últimos anos), e não tomam em consideração a tendência crescente dos grandes detentores de propriedade para distribuir a riqueza entre as suas famílias, para difundir a tempo, a enviar para o estrangeiro e a transformar de outras maneiras.

O grau de concentração na posse da riqueza é quase duas vezes tão grande como era nos Estados Unidos em 1954 e muito maior que nos dias tranquilos do implacável capitalismo americano no início dos anos 1920. Depois de 1949, a desigualdade da riqueza tem crescido nos Estados Unidos, sendo a taxa de crescimento mais de 2x mais rápida do que a taxa de abaixamento entre 1922 e 1949. Medido em termos do crescimento na percentagem da riqueza possuída pelo 1% do topo, o crescimento da desigualdade durante 1949-56 (os últimos dados disponíveis) foi mais flagrante do que em qualquer outro período, pelo menos durante os últimos quarenta anos. Não causa, portanto, surpresa que a distribuição do rendimento se tenha igualmente tornado desigual nos anos recentes, afetando sobretudo um quinto ou um quarto da população

⁵ Vide a minha introdução à terceira edição de *Equality*, de R.H. Tawney.

dos Estados Unidos, que vive abaixo do que correntemente se define como a “linha de pobreza”⁶. Nem todos são Negros; 80% dos pobres americanos são brancos e só um quinto recebe ajuda social. O crescimento econômico na sociedade mais rica do mundo não foi acompanhado por nenhum igualador automático inserido no sistema. Para os jovens desempregados, o crime serve de substituto no interior do sistema dominante de valores – a forma moderna de mobilidade social aquisitiva para as classes inferiores.

Não há evidência para sugerir que a Grã-Bretanha não esteja a seguir a mesma senda, desde o final da década de 1940. É até mesmo possível que a desigualdade na propriedade da riqueza (sobretudo, em termos de propriedade familiar) tenha crescido mais rapidamente na Inglaterra que nos Estados Unidos, desde 1949. O sistema britânico de taxaço é quase único no mundo ocidental no seu generoso tratamento dos detentores de riqueza, quanto a doações, cartéis, títulos e outros acordos para redistribuição e remodelação do rendimento e da riqueza. É o que se reflete no fato notável de que, em meados dos anos 1950, era no grupo etário jovem que mais se notava a tendência de a riqueza se concentrar em poucas mãos.

Semelhante evidência é ignorada por aqueles que proclamam o fim da ideologia política. Tendências análogas vigoram provavelmente na França de De Gaulle e na Alemanha de Erhard⁷. Mais de um quarto de século de agitação política, de guerra global, de “estatismo social”, de economias geridas e de crescimento econômico, pouca impressão fizeram na propriedade de grandes fortunas pelo menos em duas das maiores nações industriais: os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. A instituição da riqueza concentrada parece ser de vida tão tenaz como os inteligentes girinos de Tawney. A riqueza ainda outorga o poder política e econômico, mais poder do que rendimento, embora provavelmente se exerça de modo diferente e com mais respeito pela opinião pública do que no séc. XIX.

As mudanças na distribuição de rendimentos parece seguir um modelo semelhante na Inglaterra e nos Estados Unidos. Para o final dos anos 1940, um movimento do tempo de guerra para maior igualdade (antes e depois do imposto) alterou-se por completo na Inglaterra e nos Estados Unidos. O décimo mais pobre da

⁶ R. J. Lampman, *The Share of the Top Wealth-Holders in National Wealth 1922-56, 1962*.

⁷ Segundo Christopher Johnson, “As estatísticas disponíveis mostram o que é evidente a quem vive na França: que os ricos se tornam mais ricos enquanto os pobres dificilmente mantêm o seu padrão de vida” (New Society, Fevereiro 21, 1963, p. 15).

população britânica encontra-se relativamente pior comparado com os mais elevados padrões do resto da nação em 1963 do que estava em 1948⁸.

Como será possível considerar tais disparidades na propriedade privada da riqueza e no exercício do poder econômico como consistentes com a tese de que já atingimos o fim do diálogo político? Depois de Platão, nenhuma utopia política alguma vez admitiu tais graus de desigualdade econômica como permanentes e desejáveis para o homem. Os socialistas protestam contra semelhantes disparidades, não porque desejem alimentar a inveja, mas porque, segundo argumento Tawney, estas disparidades são fundamentalmente imorais. A história lembra que a natureza humana não é suficientemente forte para se manter em verdadeira comunidade onde imperam grandes diferenças de rendimento e riqueza.

Quarto, finalmente, na tese existe o pressuposto de que o estabelecimento da assistência social contribui de modo necessário e inevitável para a difusão do humanismo e a resolução da injustiça social. O inverso também pode ser verdadeiro. A assistência, enquanto meio institucional, é capaz de servir diferentes senhores. É possível cometer, a partir do seu nome atraente, uma multidão de inconveniências. A assistência pode simplesmente utilizar-se como instrumento de crescimento econômico que, ao beneficiar uma minoria, promove indiretamente uma maior desigualdade. A educação constitui um exemplo. Podemos educar os jovens a competir entre si com mais eficiência como homens econômicos no mercado privado, ou também os podemos educar porque desejamos proporcionar-lhes maior capacidade de liberdade e realização das suas diferenças pessoais, sem atender ao rendimento, à classe, à religião e à raça.

A assistência pode utilizar-se para fins militares e raciais – como na Alemanha de Hitler. Pelo Estado e agências voluntárias foi fornecido maior cuidado médico não em virtude de uma crença na unicidade de cada indivíduo, mas por causa do ódio dos homens.

A assistência pode empregar-se para estreitar obrigações e não para as difundir – como nos sistemas de benefício marginal dos empregados. O lucro individual e o quietismos político, alimentados pelo novo feudalismo das companhias, podem vir a substituir o sentido de humanidade comum alimentada por sistemas de mútua ajuda não discriminatória.

⁸ T. Lynes, "Poverty in the Welfare State", *Aspect*, N.º 7, Agosto de 1963.

Por conseguinte, que é que interessa e é fundamental para a saúde da assistência, objetivo para que ela se volta? Universalizar a ética humanista e os direitos sociais de cidadania ou dividir, discriminar e competir?

V

Na realidade, porém, as questões nunca são assim tão definidas. A evolução histórica das medidas de segurança social na Inglaterra, desde o final do séc. XIX, mostra quão complexas e diversas foram as forças em ação. O temor da revolução social, a necessidade de uma força de trabalho respeitadora da lei, a luta pelo poder entre os partidos políticos e os grupos de pressão, a exigência de remover alguns dos custos sociais da mudança – por exemplo, os acidentes industriais – das costas do trabalhador e a consciência social dos ricos – tudo desempenhou um papel.

Mas, o maior impulso veio de baixo – da ética de solidariedade e da mútua ajuda dos trabalhadores. Encontrou expressão e cresceu espontaneamente a partir das tradições e instituições da classe trabalhadora para enfrentar as adversidades do industrialismo. Por meio de uma vasta rede de associações de beneficência, associações médicas, associações religiosas, confrarias, cooperativas, sindicatos e associações econômicas, desenvolveram-se esquemas de seguro mútuo como método de pré-pagamento de serviços que os membros poderiam requisitar sempre que tivessem necessidade – na doença, incapacidade, desemprego, velhice, viuvez e morte. Os “bons” e “maus” riscos, os jovens e os velhos, comungavam na sorte comum. Constituíam Estados sociais microscópicos, esforçando-se cada um por demonstrar que o homem ainda poderia exercer algum controle sobre as forças da tecnologia. Por volta do fim do século, existiam 24000 diferentes associações de beneficência, com um total de membros que representava cerca de metade da população masculina adulta da população do país. De reputação conveniente e significativa, constituíram, durante um século de concorrência desenfreada, a instituição humanista para o artesão e a sua família, ultrapassando largamente quanto à atividade dos membros todos os sindicatos, partidos políticos e organismos religiosos.

É possível considerar este grande movimento como a resposta compassiva do amador ao desafio das inseguranças econômicas e psicológicas do industrialismo e do individualismo. Expressava igualmente a aversão do homem ordinário por uma caridade com consciência de classe e discriminatória e por uma lei implacável, que segregava os pobres. A lei dos pobres era odiada porque significava humilhação; constituía um

ataque ao sentido de autoestima do indivíduo numa época em que a “respeitabilidade” – a qualidade de merecer o respeito dos outros – imbuía os costumes da sociedade.

Os valores e objetivos que no passado escoravam a busca de segurança num mundo cada vez mais inseguro são ainda relevantes para uma compreensão do papel da assistência social na Inglaterra de hoje. A maneira como eles configuraram as suas origens e desenvolvimento primitivo pervade ainda os princípios em que atuam hoje os sistemas de assistência médica e de segurança social – compreensivos quanto ao desígnio, universais quanto à qualidade de membro. Que eles ainda não tenham solucionado o problema da pobreza e do abandono e proporcionem ainda pouco espaço à participação dos cidadãos, é outra história, que permanece como formidável desafio para o socialismo. Mas, não podemos voltar a traçar as nossas pegadas pelas íntimas “sociedades de beneficência” de ontem; temos de encontrar vias imaginativas e novos meios institucionais de combinar a humanidade na administração com a justiça social redistributiva no futuro desenvolvimento das políticas de assistência.

VI

Eis duas das questões centrais não resolvidas para os humanistas: o problema da vastidão e o problema da desigualdade. Afetam todos os aspectos da política social: a educação desde a escola primária até à universidade e à vida adulta; a segurança social no desemprego, a doença e velhice; o cuidado dos doentes físicos e mentais; a habitação e a planificação urbana; o lazer e o divertimento.

A procura destes serviços aumentará no futuro à medida que os padrões de vida subirem entre alguns setores da população e decaírem, relativa ou absolutamente, noutros. As consequências da automação e dos seus parentes tecnológicos por um lado e as necessidades mais dependentes da infância e na velhice, por outro, exigirão um investimento muito maior em pessoas e serviço social do que nos bens de consumo. A ciência e a tecnologia estão agora a começar a realizar uma revolução tão completa na teoria social e econômica como também na teoria da guerra e das relações internacionais. A doutrina convencional de que as máquinas fazem trabalhar perde progressivamente a sua validade; as máquinas estão presentemente a substituir os trabalhadores. Já é claro a partir da experiência americana que as vítimas da substituição tecnológica deixam de “descansar entre ocupações” (que é a teoria do seguro contra o desemprego); encontram-se permanentemente sem trabalho; permanentemente libertos

do trabalho. Por volta do final de 1962, perto de um terço de todos os jovens negros entre os 16 e os 21 anos que se encontravam foram da escola, estavam também sem trabalho. Falando de modo relativo, vinte anos antes, havia mais jovens negros com desvantagem educacional do que desempregados. Entre 1939 e 1958, aumentou nos Estados Unidos⁹ a desvantagem de não se possuir um diploma de universidade.

Numa época de abundância das coisas, a produção dos bens de consumo tornar-se-á questão suplementar para o Ocidente. A questão primordial será a distribuição justa; sobretudo, a distribuição de serviços segundo as necessidades em lugar do princípio de produtividade e realização numa economia de mercado, a qual influencia hoje poderosamente o acesso à educação e a outros serviços sociais.

No passado, distribuímos os recursos com base no êxito e no fracasso na concorrência econômica; no futuro, temos de decidir se será moralmente justo proceder assim numa economia da abundância. A distribuição de serviços com base nas necessidades ajudar-nos-á a descobrir a igualdade nos nossos vizinhos. “A consciência da igualdade – escreveu Daniel Jenkins – surge sempre nas relações pessoais e quase sempre nos confronta como um desafio, porque significa uma maior valorização do nosso próximo do que a que antes estávamos disposto a fazer. Já todos estamos prontos a amar-nos a nós próprios. A descoberta da igualdade poderia definir-se como a descoberta de que devemos amar o nosso próximo como a nós mesmos”¹⁰.

Vemo-nos assim forçados a pergunta: “Que iremos fazer com a riqueza?”. Trata-se de uma questão social mais importante do que aquelas que procuram encontrar meios mais eficientes de punir os criminosos, de fazer cumprir a lei contra os marginais, de impedir o abuso da assistência pública, de compelir os homens a buscar trabalho, de os obrigar a poupar para a velhice quando não podem alimentar os seus filhos de modo adequado, de os transferir de habitação subsidiada, de inventar substitutos tecnológicos baratos para a educação e de os responsabilizar mais pelo acesso à assistência médica.

No entanto, estes objetivos refletem os valores que hoje muitas vezes se aplicam na administração dos serviços sociais. Segundo um escritor, o professor Mencher, “O atual programa social [assistência pública] dos Estados Unidos conserva a filosofia de 1830” – a filosofia dos cidadãos menos elegíveis guardados no relicário do Poor Law Act inglês de 1834¹¹. Os assistentes sociais, professores, médicos e administradores

⁹ H. O. Miller, “Money Value of na Education”, *Occupational Outlook Quantely*, Setembro 1961, p.4.

¹⁰ D. Jenkins, *Equality and Excellence*, 19621, P.21.

¹¹ S. Mencher, “Perspectives on Recente Welfare Legislation”, *Social Work*, Vol. 8, N.º3, 1963, p. 62.

sociais veem as suas funções travadas pelas “virtudes” do trabalho duro e do lucro; virtudes que se encontram radicadas na economia de penúria. O seu papel é policiar tais virtudes, visto que, num contexto mais implacável, o certificado médico de aptidão para o trabalho se tornou uma das diretrizes centrais sob o regime estalinista. Não possuem qualquer relevância para a economia de abundância.

E, como sublinhou Gerard Piel, qualquer “trabalho duro que uma máquina pode fazer é hoje melhor realizado uma máquina; ‘duro’ significa atualmente sobretudo o trabalho aborrecido e repetitivo, quer na fábrica, quer no escritório. Mas o instinto de trabalhar e executar, a necessidade de se sentir preciso, a vontade de realizar, acham-se profundamente radicados em todo o coração humano. Não se satisfazem universalmente no tipo de emprego que a maior parte das pessoas encontra. O pleno emprego no tipo de trabalho de que comumente se dispõe, quer “blue-collar”, quer “white-collars”, foi em grande parte posto fora de moda pela tecnologia. A libertação das pessoas de tarefas indignas da capacidade humana deveriam libertar esta capacidade para inúmeras atividades presentemente descuidadas pela nossa civilização: o ensino e a aprendizagem, a investigação científica fundamental, as artes representativas e as artes gráficas, as letras, os artesanatos, a política e o serviço social. Tais atividades implicam de modo característico a interação entre as pessoas, mais do que com as coisas. Sem dúvida, não constituem atividades produtivas; nem são lucrativas, no sentido estrito”¹².

A ciência e a tecnologia, em aliança com outras mudanças estruturais e demográficas que se processam nas nossas sociedades, exigirão uma maior transformação os valores; novos incentivos novas formas de recompensa não relacionadas com o princípio de produtividade; novos critérios aplicados à distribuição de recursos que não se encontram associados ao “êxito” individual como medida; novas formas de “dependências” socialmente aprovadas. Tornarão largamente irrelevantes os critérios convencionais do capitalismo.

Muitos anos antes, Keynes previu que havia de vir o tempo em que tais mudanças se fariam prementes: “... adquiriremos a capacidade de nos libertarmos de muitos princípios pseudomoraes que nos atormentaram durante 200 anos, em virtude dos quais elevámos à categoria das mais altas virtudes algumas das mais desagradáveis qualidades humanas... Encontrar-nos-emos então livres para renunciar a todos os tipos de

¹² G. Piel, *Consumers of Abundance*, Center for the Study of Democratic Institutions, 19621, p.9

costumes sociais e práticas econômicas que afetam a distribuição da riqueza e recompensas e punições econômicas, que agora ainda mantemos a todo custo”

Necessitaremos de regras diferentes para vivermos de modo doméstico; de mais exemplos de altruísmo para contemplar. De fato, as nossas sociedades na Inglaterra e nos Estados Unidos já sentem a sua necessidade. A longo prazo, não há outra via possível para evitar que os destituídos e incapazes se tornem ainda mais destituídos e incapazes; mais afundados no abismo da apatia, frustração, crime, desenraizamento e pobreza dourada.

Em tudo isto, desempenhará um papel central o que chamamos serviços sociais. Se houver de definir semelhante papel, terá de ser definido pelos socialistas na linguagem da igualdade. Eis o ponto em que a ética terá de se conjugar com a política. As respostas não vêm e, de fato, logicamente não podem vir daqueles que agora proclamam “o fim da ideologia política”; daqueles que levariam o princípio do lucro pecuniário e o estenderiam ao serviço social através da igualação da educação e da assistência médica com frigoríficos e casacos de pele de marta; e daqueles que advogam que cada vez maior número de pessoas deveria “esquivar-se” aos serviços sociais universais e criar para si novas áreas de privilégio e discriminação. Eles são, hoje, doutrinários utilitaristas; prisioneiros da economia de penúria; esquecem-se das consequências sociais da marcha da ciência e da tecnologia; e estão cegos para a necessidade de um sentido de finalidade moral nas suas próprias sociedades como força motriz na arte do dom em relação aos nossos vizinhos internacionais.